

SUMÁRIO EXECUTIVO

PRINCIPAIS DESTAQUES



Cartografias da Violência na Amazônia

4ª edição
Novembro de 2025



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA



INSTITUTO
ITAÚSA

laboratório
interpretativo
laiv



Instituto
**Mãe
Crioula**

FICHA INSTITUCIONAL FBSP

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Gerente de Programas e Projetos

David Marques

Gerente de Relações Institucionais

Juliana Martins

Supervisão do Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Pesquisadores Sêniores

Aiala Couto
Ariadne Natal
Juliana Brandão
Leonardo Silva
Manoela Miklos
Rodrigo Chagas

Assessor de relações internacionais

Nívio Nascimento

Equipe Técnica

Beatriz Schroeder
Cauê Martins
Isabella Matosinhos
Marina Bohnenberger
Thais Carvalho
Artur dos Santos (estagiário)
Gabriela Oliveira (estagiária)

Supervisão Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Assistente de Diretoria

Letícia Conceição

Equipe Administrativa

Elaine Rosa
Sueli Bueno
Antônia de Araujo

Conselho de Administração

Presidente: Juliana Lemes da Cruz
Presidente de Honra: Elizabeth Leeds

Conselheiros

Alan Fernandes
Bartira Macedo de Miranda
Cássio Thyone A. de Rosa
Denice Santiago
Edson Ramos
Marlene Inês Spaniol
Roberto Uchôa
Daniel Cerqueira
Arthur Trindade M. Costa
Paula Ferreira Poncioni
Juliana Lemes da Cruz

Conselho Fiscal

Lívio José Lima e Rocha
Renato de Alcino Vieira
Sandoval Bittencourt

SUMÁRIO EXECUTIVO

PRINCIPAIS DESTAQUES

Cartografias da Violência na Amazônia

4ª edição

FICHA TÉCNICA PROJETO

Coordenação Geral

Samira Bueno (FBSP)
Renato Sérgio de Lima (FBSP)
Aiala Colares Couto (IMC)

Equipe FBSP

Ariadne Natal
Beatriz Schroeder
David Marques
Gabriela Oliveira (estagiária)
Isabela Sobral
Isabella Matosinhos
Manoela Miklos
Marina Bohnenberger
Thais Carvalho

Equipe Instituto Mãe Crioula (IMC)

Aiala Colares Oliveira Couto (coordenador)
Thiago Alan Guedes Sabino (pesquisador)
Wellington Moraes Ferreira (pesquisador)
Aline Almeida Cavalcante (estagiária)
João Vitor de Lima Silva (estagiário)
Lucas Patrick Alves Moraes (colaborador)

Equipe Laboratório Interpretativo Amazônia, Illegalismos e Violências (LAIV) - UFRR

Aynê Gomes Nunes (Iniciação Científica)
Dalila Dantas Simões (Pesquisadora Assistente)
Enoá Rodrigues Mourão (Iniciação Científica)
Ernildo Crispim da Costa (Pesquisador Assistente)
Evelyn Mirela de Oliveira Rosa (Estagiária)
Rodrigo Pereira Chagas (Coordenador)

Colaboração - Ministério dos Povos Indígenas (MPI)

Marcos Kaingang (Secretário Nacional de Direitos
Territoriais Indígenas do MPI)
Lara Taroco (Diretora de Proteção Territorial
da Secretaria Nacional de Direitos Territoriais
Indígenas do MPI)

Projeto gráfico e diagramação

Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital



Instituto
Mãe
Crioula

PRINCIPAIS DESTAQUES

1. A violência letal na Amazônia brasileira

- Em 2024, 8.047 pessoas foram vítimas de mortes violentas intencionais (MVI)¹ nos 772 municípios que compõem a Amazônia Legal². A taxa de 27,3 assassinatos por 100 mil habitantes é 31% superior à média nacional.
- O estado mais violento da região e do país foi o Amapá, com taxa de MVI de 45,1 por 100 mil habitantes em 2024.
- Dentre os nove estados que compõem a Amazônia Legal, Maranhão foi o único que apresentou aumento nas taxas de homicídio entre 2023 e 2024, com um crescimento de 11,5%. O estado tem vivenciado uma intensa disputa territorial pelo controle do tráfico de drogas que envolve especialmente o Bonde dos 40, o CV e o PCC.

1.1 CIDADES MAIS VIOLENTAS DA REGIÃO A PARTIR DE DIFERENTES PORTES POPULACIONAIS

- O ranking de municípios mais violentos da Amazônia legal desta edição foi organizado de acordo com o porte populacional. Os municípios foram divididos entre pequenos I (até 20 mil habitantes), pequenos II (entre 20 e 50 mil habitantes), médios (entre 50 e 100 mil habitantes) e grandes (acima de 100 mil habitantes). As taxas foram calculadas com base nos registros de mortes violentas intencionais dos últimos três anos tanto para permitir um olhar para as cidades menores, mas também para evitar que uma cidade constasse entre as mais violentas apenas em razão de um episódio pontual.

1 A categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, feminicídios e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora (em alguns casos, contabilizadas dentro dos homicídios dolosos, conforme notas explicativas). Sendo assim, a categoria MVI representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida de determinado território.

2 A Amazônia Legal é um conceito político, introduzido pela lei 1.806 de 06 de janeiro de 1953, mas cujos limites territoriais foram sendo expandidos nas décadas seguintes. Formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°), engloba hoje 772 municípios. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/legislacao-da-amazonia>.

Tabela
1.2

Municípios com maiores taxas trienais (2022-2024) de Mortes Violentas Intencionais, por porte populacional

Porte populacional	Município	UF	Mortes Violentas Intencionais (Ns. Absolutos)			Taxa Trienal	Variação MVI - Ns. Absolutos (em %)			
			2022	2023	2024		Tipologia IBGE	2022/2023	2023/2024	2022/2024
Pequeno I (até 20 mil hab.)	Vila Bela da Santíssima Trindade	MT	12	17	42	136,1	Rural	42%	147%	250%
	Nobres	MT	12	18	24	114,3	Rural	50%	33%	100%
	Calçoene	AP	13	11	12	105,3	Rural	-15%	9%	-8%
	Alto Paraguai	MT	10	6	7	99,3	Rural	-40%	17%	-30%
	Cumaru do Norte	PA	16	20	8	98,2	Rural	25%	-60%	-50%
Pequeno II (entre 20 e 50 mil hab.)	Rio Preto da Eva	AM	9	42	25	98,5	Rural	367%	-40%	178%
	Barra do Bugres	MT	21	26	32	89,0	Urbano	24%	23%	52%
	Aripuanã	MT	27	13	27	85,9	Intermediário	-52%	108%	0%
	Novo Progresso	PA	42	30	22	85,8	Intermediário	-29%	-27%	-48%
	Mocajuba	PA	31	21	22	85,6	Intermediário	-32%	5%	-29%
Médio (entre 50 e 100 mil hab.)	São Félix do Xingu	PA	45	40	36	61,2	Urbano	-11%	-10%	-20%
	Coari	AM	33	38	63	60,5	Urbano	15%	66%	91%
	Irlanduba	AM	62	42	15	59,1	Intermediário	-32%	-64%	-76%
	Tabatinga	AM	35	59	31	57,6	Urbano	69%	-47%	-11%
	Santa Inês	MA	47	57	47	57,1	Urbano	21%	-18%	0%
Grande (acima de 100 mil)	Sorriso	MT	78	86	72	65,3	Urbano	10%	-16%	-8%
	Santana	AP	49	100	64	60,0	Urbano	104%	-36%	31%
	Macapá	AP	206	340	221	52,5	Urbano	65%	-35%	7%
	Altamira	PA	89	79	41	50,9	Urbano	-11%	-48%	-54%
	Itaituba	PA	76	62	55	48,1	Urbano	-18%	-11%	-28%

Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

→ Cidades mais violentas com população de até 20 mil habitantes:

Vila Bela da Santíssima Trindade (MT): possui posição geográfica estratégica para o tráfico de drogas internacional devido à proximidade com a Bolívia. A cidade abarca parte da TI Sararé, que registrou crescimento exponencial do garimpo. O número de assassinatos, que passou de 12 em 2022 para 42 em 2024, guarda relação com o avanço do CV, que passou a controlar os garimpos na região.

Nobres (MT): viu o número de homicídios duplicar entre 2022 e 2024 (de 12 para 24 vítimas), embora seja uma cidade sob forte influência do CV, tem registrados vários casos de assassinatos envolvendo CV e PCC.

Calçoene (AP): atravessado pela rodovia BR-156, que liga Macapá ao Oiapoque, constitui um corredor estratégico para o tráfico de drogas. O município é disputado entre duas facções criminosas, a UCA e a FTA. Entre 2022 e 2023, foi registrado um aumento de 340% na área de garimpo ilegal no distrito de Lourenço, que é conhecido como um polo intenso de atividade garimpeira.

Alto Paraguai (MT): próximo das BR-163 e BR-364, além de se localizar a apenas 70km de Nobres, é dominado pela Tropa do Castelar, uma dissidência do Comando Vermelho fundada no estado do Mato Grosso.

Cumaru do Norte (PA) a dinâmica da violência no município está fortemente relacionada a conflitos agrários, garimpo, presença de facções e desmatamento acelerado. Cumaru do Norte abriga 23% da TI Kayapó³, que se tornou palco recorrente de disputas pela posse da terra e objeto de desintrusão do Governo Federal em função da ADPF 709.

→ **Cidades mais violentas com população entre 20 e 50 mil habitantes:**

Rio Preto da Eva (AM): sofreu forte impacto das disputas entre PCC × CV até meados de 2024. Em 2025, os indícios apontam para monopólio do Comando Vermelho no território.

Barra do Bugres (MT): detém posição geográfica estratégica para o escoamento de drogas oriundas da Bolívia, tornando o município objeto entre as facções criminosas que atuam no estado, especialmente o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Em números absolutos, o número de mortes violentas intencionais saltou de 21 vítimas em 2022 para 32 em 2024, crescimento de 52%.

Aripuanã (MT): coexistência de diversas dinâmicas típicas da região amazônica que contribuem para a persistência da violência no território, como o garimpo ilegal, a atuação de facções criminosas, o tráfico de drogas e a presença de terras indígenas. O município abriga cerca de 24% da Terra Indígena Aripuanã. Investigações policiais indicam a presença do Comando Vermelho no controle dos garimpos (Operação Primatus).

Novo Progresso (PA): a cidade reúne todos os principais vetores estruturais de violência da região amazônica: forte pressão ambiental, presença de atividades ilegais altamente lucrativas, conflitos territoriais e atuação de facções criminosas. A cidade é atravessada pela BR-163, onde são identificados conflitos fundiários e um corredor importante para o tráfico de drogas. Além disso, localiza-se a aproximadamente 40km da fronteira da Terra Indígena Baú, abriga 100% da Unidade de Conservação da Floresta Nacional do Jamanxim e comporta 23,18% da Unidade de Conservação do Parque Nacional do Rio Novo.

Mocajuba (PA): se localiza nas margens do Rio Tocantins, a 232km de Belém, marcada pela agricultura e extrativismo, sendo historicamente afetada pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Parte das dinâmicas de violência podem ser tributadas a atuação do Comando Vermelho na cidade, mas a atuação estatal também tem produzido violência: no último ano, metade (11) das MVI foi provocada pelas polícias estaduais.

3 <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3731>

→ **Cidades mais violentas com população entre 50 e 100 mil habitantes:**

São Félix do Xingu (PA): a cidade apresenta sobreposição crônica de desmatamento, conflitos fundiários e presença de facções, o que pressiona a violência. Estão circunscritas a São Félix do Xingu, sete Terras Indígenas. Três delas passaram por recentes ações de desintrusão realizadas Ministério dos Povos Indígenas (MPI): Trincheira/Bacajá, Apyterewa e Kayapó.

Coari (AM): localizado em uma posição estratégica na região do médio rio Solimões, constitui-se como um corredor hidroviário essencial para o escoamento de ilícitos produzidos no Peru e na Colômbia. No último triênio, Coari viu o número de mortes violentas intencionais crescer significativamente, passando de 33 vítimas em 2022 para 63 em 2024, aumento de 91%. A cidade sofre com as disputas entre CV e PCC, mas também com a atuação de piratas dos rios e “ratos d’água”, grupos que têm como principais alvos embarcações, residências ribeirinhas e comércios flutuantes.

Irlanduba (AM): o município compõe a região metropolitana de Manaus, absorvendo em parte as dinâmicas de violência presentes na capital. A cidade sofre com a atuação do CV, mas também convive com a presença de crimes ambientais, como o desmatamento ilegal e queimadas, além de conflitos fundiários.

Tabatinga (AM): município localizado na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, é conurbado com a cidade colombiana de Letícia. Com uma localização estratégica devido à proximidade dos países andinos produtores de cocaína, Tabatinga é considerado uma das mais importantes entradas de drogas no país. Através do município, as drogas são escoadas para a chamada Rota do Solimões, corredor fluvial que atravessa o estado, levando a droga proveniente dos países andinos para Manaus, de onde é distribuída para o mercado nacional e internacional. A cidade foi palco de uma disputa sangrenta entre facções criminosas que competiam pelo controle do tráfico de drogas⁴ na região até meados de 2023, quando o Comando Vermelho se consolidou como hegemônico.

Santa Inês (MA): o município é cortado por duas rodovias federais, a BR-316 e a BR-222, pela Estrada de Ferro Carajás, além de possuir um aeroporto regional, o que lhe garante uma posição estratégica para a circulação de ilícitos pelo Estado. A cidade sofre com a disputa de duas facções criminosas pelo controle do tráfico de drogas: de um lado o Bonde dos 40, facção de origem local e majoritária em relação aos demais grupos criminosos que atuam na região; de outro, o Comando Vermelho.

4 <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/10/28/faccoes-carteis-internacionais-e-ate-piratas-ampliam-guerra-por-mercado-bilionario-de-droga-na-triplice-fronteira.ghtml>

→ **Cidades mais violentas com população acima dos 100 mil habitantes:**

Sorriso (MT): conhecido como a capital nacional do agronegócio, figura também em outros *rankings*: lidera a produção agrícola no país, sendo o maior produtor mundial de soja; figurou entre os dez municípios mais violentos do Brasil em 2023, com uma taxa de 77,7 mortes violentas para cada 100 mil habitantes; e, por dois anos consecutivos, apareceu entre os municípios com maiores taxas de estupros e estupros de vulnerável do país. A extensão da faixa de fronteira do estado do Mato Grosso com a Bolívia, país que está entre os maiores produtores mundiais de cocaína, torna sua localização estratégica para o narcotráfico no Brasil. O ano de 2023 marca o acirramento das disputas entre facções em Sorriso, com conflitos entre o Comando Vermelho, organização hegemônica no estado, e a Tropa do Castelar, dissidência do CV que se aliou ao PCC.

Santana e Macapá (AP): Os municípios são conurbados e, juntos, concentram cerca de 75% da população do Amapá, além de 79% das mortes violentas intencionais do estado. Santana e Macapá são municípios complementares do ponto de vista urbano: Macapá, como capital e centro administrativo, e Santana, como cidade portuária e logística vital. Essa localização facilita o crime transfronteiriço, incluindo o tráfico de drogas, de pessoas e ilícitos ambientais. A proximidade com o Oceano Atlântico e com os países europeus confere ao aglomerado Macapá-Santana um papel crucial como ponto de transbordo e saída internacional de ilícitos.

Altamira (PA): maior município do país em termos de extensão territorial do país, a cidade é marcada pela sobreposição de ilícitos, como grilagem, desmatamento ilegal e violência. Relatório recente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostrou que a cidade é a 4ª colocada em maior número de conflitos por terra na Amazônia. A cidade sofre ainda com as consequências da instalação da usina de Belo Monte, que desencadeou um ciclo de expansão descontrolada sobrecarregando a infraestrutura urbana e resultando em remoções forçadas e assentamentos precários. Esse contexto de vulnerabilidade institucional e social serviu como catalisador para o fortalecimento de facções criminosas, como o Comando Classe A (CCA), organização surgida no sistema prisional de Altamira, em 2018. A facção, aliada ao PCC, disputa a hegemonia no município com o Comando Vermelho.

Itaituba: localizada no eixo estratégico do rio Tapajós, reúne características estruturais que favorecem a expansão da economia ilegal relacionada ao garimpo e outros crimes ambientais e a presença de facções criminosas. Recentemente, o município tem sido apontado como a “capital da lavagem do ouro”, por ter se tornado um importante polo de “esquentamento” de ouro ilegal, prática em que o minério é registrado como se houvesse sido produzido no município, quando na verdade foi extraído de outra região, muitas vezes onde a exploração é proibida. Itaituba hoje está sob forte influência da atuação do Comando Vermelho, mas segue ainda com alguma influência da Comando Classe A (CCA), cujo centro de atuação se dá em Altamira.

2. A Amazônia como território de múltiplas mulheres e múltiplas violências

- Em 2024, 586 mulheres foram assassinadas na Amazônia Legal, o que representa uma taxa de 4,1 vítimas por grupo de 100 mil mulheres. A taxa de assassinatos de mulheres na Amazônia é 21,8% superior à média nacional.
- O número de homicídios femininos caiu 10,9% em 2024 na comparação com o ano anterior.
- Mato Grosso é o estado mais letal para mulheres (5,3 por 100 mil); Maranhão foi o único a registrar aumento de homicídios femininos em 2024 (19,8% de crescimento)
- Os feminicídios permanecem altos (1,6 por 100 mil), taxa 19,3% acima da média nacional.

2.1 VIOLÊNCIA SEXUAL EM ASCENSÃO

- Em 2024, foram registrados 13.312 casos de estupro e estupro de vulnerável de meninas e mulheres na Amazônia Legal — 36,8% acima da média nacional.
- A região enfrenta tendência contrária ao resto do país nos casos de violência sexual: enquanto o Brasil registrou leve queda, a Amazônia teve aumento de 4,3%.
- 77% das vítimas são vulneráveis (menores de 14 anos ou pessoas incapazes de consentir).
- Os dados mostram que, em 2024, os municípios situados em faixa de fronteira na Amazônia Legal registraram maiores taxas de violência sexual contra mulheres (163,8 casos por 100 mil mulheres, nos demais municípios da Amazônia essa taxa foi de 97,1).
- As cidades de fronteira da Amazônia apresentam taxas mais elevadas de estupro porque reúnem, simultaneamente, múltiplos fatores estruturais que aumentam a vulnerabilidade de meninas e mulheres e dificultam o acesso à proteção e à justiça. Esses territórios são verdadeiros “desertos de acolhimento”, com redes frágeis, ausentes ou despreparadas, e grande parte das vítimas vive em áreas isoladas, garimpos clandestinos ou comunidades indígenas onde o Estado raramente chega e, quando chega, muitas vezes revitimiza. So-ma-se a isso a presença de bolsões de misoginia que naturalizam práticas violentas como o casamento infantil; a dinâmica das fronteiras secas, marcada por intensa circulação

e baixa cooperação internacional, que dificulta investigações; o domínio crescente de facções criminosas que silencia e intimida vítimas; e os fluxos migratórios que colocam meninas refugiadas, deslocadas ou traficadas em situação extrema de risco.

2.2 MUITAS MULHERES AMAZÔNIDAS, MUITAS VIOLÊNCIAS

→ Os dados revelam que não existe “a” violência contra a mulher, mas violências, assim como não existe “a” mulher amazônida, mas diversas mulheres atravessadas por raça, classe, território, geração e pertencimento étnico. As múltiplas Amazônia — urbana, rural, ribeirinha, indígena, garimpeira, de agronegócio e de fronteira — produzem vulnerabilidades específicas e desafiam políticas públicas, normalmente desenhadas para lógicas urbanas.

3. Expansão de facções criminosas pela Amazônia brasileira

→ A expansão das facções criminosas constitui um dos principais desafios à segurança pública, à governança territorial e à soberania nacional na Amazônia. Observa-se, nos últimos anos, um processo de interiorização e diversificação das dinâmicas criminais, com a consolidação de rotas estratégicas para o tráfico de drogas, armas, minérios e madeira, conectando a região aos mercados nacional e internacional.

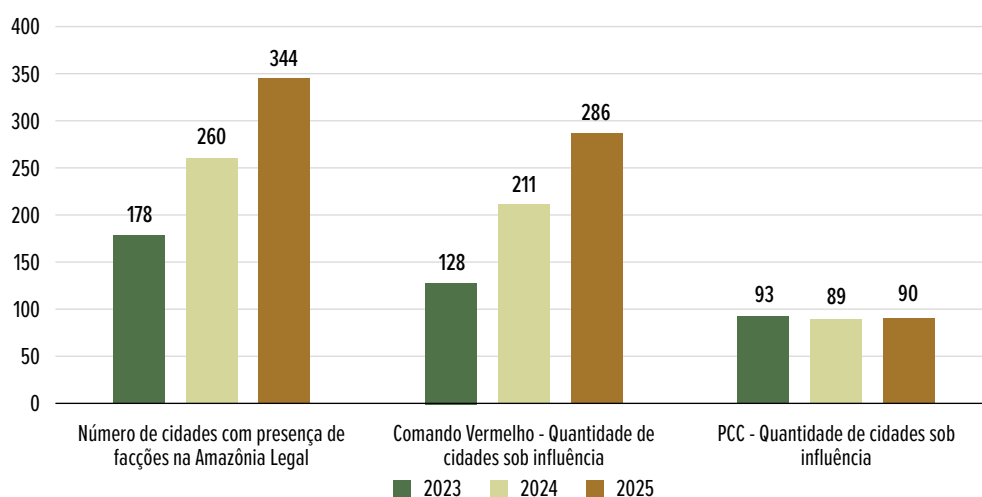
→ O cenário amazônico atual inclui 17 facções ativas, com destaque, além do CV e PCC, para grupos de base regional como os Amigos do Estado (ADE), Bonde dos 40 (B40), Primeiro Comando do Maranhão (PCM), Família Terror do Amapá (FTA), União Criminosa do Amapá (UCA), Comando Classe A (CCA), Bonde dos 13 (B13), Bonde dos 777 (dissidência do CV), Tropa do Castelar, Piratas do Solimões, além das facções nordestinas Bonde do Maluco (BDM) e Guardiões do Estado (GDE). A presença de organizações estrangeiras, como o Tren de Aragua, o Estado Maior Central (EMC) e o Ex-Farc Acácio Medina, reforça o caráter híbrido e transnacional das dinâmicas criminais.

3.1 CIDADES SOB INFLUÊNCIA DO CRIME

- Em 2023, a 2ª edição do *Cartografias da Violência da Amazônia*, constatou a presença de facções criminosas em 178 municípios, com 81 cidades sendo objeto de disputa pelos grupos criminosos.
- Em 2024, verificou-se um aumento de municípios sob influência de facções criminosas, que chegaram a 260. Em 84 deles, as facções concorriam pelo controle territorial e em 176 cidades foi constatada a hegemonia de um grupo criminoso.
- Em 2025, registramos a presença de facções criminosas em 344 municípios da Amazônia brasileira, com 86 municípios em disputa pelo crime organizado e 258 com atuação de apenas uma facção.

Gráfico 3.1

Quantidade de municípios sob influência de facções criminosas, e cidades com presença do Comando Vermelho e do PCC



Fonte: Instituto Mãe Crioula; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

3.2 A DIFUSÃO DO COMANDO VERMELHO PELA AMAZÔNIA

- Em 2023, o CV estava presente em 128 municípios, sendo em 59 cidades de forma hegemônica e em 69 disputando com algum outro grupo criminoso.
- Em 2024, o CV estava presente em 211 cidades, dominando 130 municípios e disputando 81 cidades com outras facções.
- Em 2025, o CV demonstra presença em 286 cidades da Amazônia brasileira, sendo dominante em 202 municípios e disputando 84.

3.3 O CONTROLE ESTRATÉGICO DO PCC

- Em 2023, o PCC estava presente em 93 municípios, controlando, sozinho, 28 deles, e disputando 65.
- Em 2024, o PCC foi verificado em 89 municípios, atuando de forma hegemônica em 28 cidades e disputando 61.
- Em 2025, o PCC possuía influência direta em 90 cidades, atuando de forma hegemônica em 31, mantendo disputa em 59 municípios.

3.4 A IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA PARA AS DUAS MAIORES FACÇÕES CRIMINOSAS DO PAÍS

- O Comando Vermelho (CV) mantém hegemonia nas rotas fluviais, especialmente no eixo do rio Solimões, em articulação com a produção peruana e os cartéis colombianos. O escoamento das drogas segue em direção a centros portuários estratégicos como Manaus, Santarém, Barcarena, Belém e Macapá, utilizando embarcações regionais, lanchas rápidas, submersíveis e “mulas” humanas. A facção também disputa territórios em dezenas de cidades para o mercado varejista da droga, além de operar em garimpos.
- O PCC atua na região visando a internacionalização de seus mercados, especialmente no âmbito das redes transnacionais do narcotráfico. Para tanto, tem intensificado o uso de rotas aéreas clandestinas, aproveitando pistas de pouso em garimpos ilegais e unidades de conservação. Já a rota oceânica via Suriname vem ganhando importância para o tráfico marítimo, conectando os estados do Amapá e Pará a mercados internacionais, com uso frequente de barcos de pesca e embarcações de pequeno porte.

4. O tráfico de drogas na PanAmazônia

- A região consolidou-se como um dos principais polos mundiais de produção, refino e escoamento de cocaína, em função da proximidade com os países andinos — Colômbia, Peru e Bolívia — onde se concentram os cultivos de folha de coca.

- Dados do World Drug Report do UNODC mostram que a produção global de cocaína atingiu 3.708 toneladas em 2023, crescimento de 34% em relação ao ano anterior e maior volume da história. A área de plantio da folha de coca alcançou crescimento de 184,5% na última década.
- Estima-se que, em 2023, cerca de 25 milhões de pessoas tenham utilizado cocaína globalmente – o maior número já registrado.
- A Pan-Amazônia tornou-se corredor prioritário para abastecimento dos mercados da Europa, América do Norte, África e Oceania.
- A geografia da Panamazônia oferece vantagens logísticas para o tráfico transnacional. As vastas redes fluviais funcionam como verdadeiras rodovias para o transporte de cocaína, complementadas por fronteiras porosas e extensa cobertura florestal que dificulta a fiscalização.
- O Brasil atua simultaneamente como rota de trânsito, área de armazenamento e ponto de exportação, com destaque para portos do Atlântico e aeroportos clandestinos na floresta.
- Rotas de cocaína e maconha são operadas por PCC, Comando Vermelho (CV) e grupos internacionais, conectando cultivos, entrepostos e pontos de saída.

4.1 CRESCIMENTO DAS APREENSÕES REALIZADAS PELAS POLÍCIAS

- Entre 2019 e 2024, as polícias estaduais da Amazônia Legal apreenderam 162 toneladas de cocaína, um salto de 574,4%.
- Apenas entre 2023 e 2024, o volume cresceu 21%, alcançando o maior patamar da série histórica.
- Amazonas (15 toneladas) e Mato Grosso (23,7 toneladas) responderam por mais de 80% das apreensões em 2024.
- Apreensões de Maconha também apresentaram valores recordes: 64 toneladas apreendidas em 2024, aumento de 62,1% em um ano.
- A Polícia Federal apreendeu 118 toneladas de cocaína na Amazônia entre 2019 e 2024 — aumento de 84,8% no período.
- A PRF apreendeu 84,3 toneladas de cocaína no mesmo intervalo — incremento de 239,9% em seis anos.

4.2 PAPEL CRESCENTE DA REGIÃO NO CENÁRIO NACIONAL

- A participação da Amazônia nas apreensões nacionais de cocaína aumentou drasticamente. No caso da Polícia Federal, saltou de 10,8% (2019) para 27,9% (2024); na Polícia Rodoviária Federal, passou de 13,6% (2019) para 26,8% (2024).
- O peso crescente da região mostra que a Amazônia deixou de ser apenas uma rota complementar e tornou-se rota prioritária das cadeias globais do narcotráfico.

4.3 MODAIS E ROTAS QUE SE DIVERSIFICAM

A movimentação de drogas na Amazônia combina três modais integrados:

→ Fluvial (predominante)

- rotas hidroviárias se destacam, impulsionadas pelos rios que conectam Colômbia, Peru e Brasil,
- Rios Solimões, Juruá, Içá, Japurá, Purus e Madeira são “rodovias” naturais do tráfico.
- Controle crescente do CV nesses rios forçou o PCC a migrar para o modal aéreo.

→ Aéreo (em expansão)

- Crescimento de aeronaves interceptadas pela FAB.
- Intensificação após ações de desintrusão em áreas Yanomami e migração de pilotos do garimpo para o narcotráfico.

→ Rodoviário

- Relevante em Rondônia, Mato Grosso e Roraima, conectando rotas bolivianas e venezuelanas ao Centro-Sul.
- Forte uso de carros roubados trocados por drogas.

4.4 CIDADES E REGIÕES CRÍTICAS

- Fronteiras são pontos estratégicos: Tabatinga, Benjamin Constant, São Gabriel da Cachoeira, Bonfim, Pacaraima, Oiapoque, Guajará-Mirim, Epitaciolândia, Assis Brasil e Cáceres.
- Portos como Itaqui (MA), Barcarena (PA), Itacoatiara (AM), Manaus (AM) e Santarém (PA) atuam como entrepostos internacionais.
- A logística do narcotráfico sobrepõe-se a garimpo ilegal, grilagem, contrabando e conflitos fundiários — ampliando impactos socioambientais e violência armada.

5. Conflitos no Campo, Desmatamento e Disputas pelo Uso da Terra na Amazônia Legal: a terra como eixo estruturante da violência na Amazônia

- Disputas pelo uso do solo — desmatamento, ocupação irregular e conflitos fundiários — são hoje um dos principais motores de violência na Amazônia Legal. Desmatamento, grilagem, garimpo, avanço da fronteira agropecuária e presença de crime organizado se sobrepõem e reconfiguram a dinâmica territorial, ampliando tensões e afetando diretamente povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e agricultores familiares.

5.1 DESMATAMENTO CAI, MAS A PRESSÃO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS AUMENTA

- A área desmatada na Amazônia Legal caiu 50,7% entre 2022 e 2024 (de 12.693 km² para 6.261 km²), atingindo o menor patamar desde 2015.
- A queda está associada à retomada de políticas de fiscalização e comando e controle.

- Contudo, o desmatamento cresceu nas Terras Indígenas (+52%) entre 2023 e 2024 e permanece elevado em Unidades de Conservação — especialmente nas APAs Triunfo do Xingu, Tapajós e Chico Mendes.
- Estados como Amapá, Roraima e Tocantins registraram aumento do desmatamento entre 2022 e 2024, enquanto Amazonas (+81,4%) e Acre (+42,4%) acumulam crescimento desde 2008.

5.2 GARIMPO, GRILAGEM E AGRONEGÓCIO DOMINAM AS FRENTES DE DESMATAMENTO

- As Terras Indígenas mais desmatadas — Sararé, Yanomami e Uati-Paraná — estão associadas à ação de garimpo ilegal altamente organizado, com participação do Comando Vermelho (CV) em algumas regiões.
- Nas UCs, mais da metade do desmatamento de 2024 ocorreu em três APAs do Pará, evidenciando a vulnerabilidade das áreas de uso sustentável à grilagem e pecuária extensiva.
- A expansão de monoculturas (soja, milho) ao longo da BR-163, da Transamazônica e da Transgarimpeira segue como vetor central de abertura de áreas e conflitos.

5.3 SOBREPOSIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS REVELA A DIMENSÃO DA GRILAGEM

- Há 8.478 registros sobrepostos a Terras Indígenas e 12.662 sobrepostos a Unidades de Conservação — evidência de que o CAR segue sendo usado de forma fraudulenta para legitimar ocupação ilegal.
- A maior parte das sobreposições ocorre no Pará, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia — estados que também concentram os principais vetores de desmatamento e conflitos fundiários.

5.4 CONFLITOS NO CAMPO ATINGEM RECORDE HISTÓRICO NA AMAZÔNIA LEGAL

- Dados da CPT indicam que a região registrou 1.317 conflitos no campo em 2024, o maior número desde 2015 e 60,3% de todos os conflitos do país.
- Entre 2015 e 2024, os conflitos aumentaram 89,2% na região; entre 2023 e 2024, cresceram 20,6%.

- Maranhão (420), Pará (314), Rondônia (132) e Amazonas (132) concentraram os maiores números em 2024 — todos com forte expansão da fronteira agropecuária, mineração e disputas por água e terra.
- O Amazonas registrou o maior crescimento percentual da década (+528,6%), sinalizando avanço da degradação para o interior da floresta.

6. Desintrusões de Terras Indígenas

- Entre 2023 e 2025, o Governo Federal implementou as ações de desintrusão mais amplas desde a Constituição, coordenadas pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e pela SEDAT. As operações respondem às determinações das ADPFs 709 e 991 do STF e integram o Plano Nacional de Desintrusão e Consolidação da Posse Indígena (PNDPI), que abrange 12 TIs severamente afetadas por garimpo, grilagem, extração de madeira, pesca/mineração ilegal e presença de facções criminosas.
- O Decreto nº 11.702/2023 criou o Comitê Interministerial de Desintrusão, que articula MPI, Funai, Ibama, ICMBio, PF, PRF, ABIN, Força Nacional e Forças Armadas. O modelo combina três eixos operacionais: 1) Desintrusão: retirada física de invasores e destruição de estruturas ilegais; 2) Pós-desintrusão: estabilização territorial com presença permanente do Estado; 3) Proteção territorial: elaboração dos Planos de Proteção Territorial (PPTs).

Quadro 6.1

Terras Indígenas onde ocorreram Operações de Desintrusão e Proteção Territorial

Terra Indígena	Situação de demarcação	População	Atividades ilegais	Povo(s)	Município(s)	UF	Data das operações
TI Alto Rio Guamá	Homologada desde 1993	4.745	Agropecuária	Tembé, Awa Guajá, Ka'apor	Nova Esperança do Piriá, Paragominas, Santa Luzia do Pará	Pará	maio a junho de 2023
TI Apyterewa	Homologada desde 2007	1.383	Gado, incêndios criminosos como retaliação ao monitoramento, plantação de cacau, tentativa de reinvasão para colheita do cacau	Parakanã	São Félix do Xingu	Pará	outubro a dezembro de 2023
TI Trincheira Bacajá	Homologada desde 1996	1.033	Grilagem, pecuária, extração de madeira, extração de minério, pesca ilegal	Xikrin	Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio	Pará	fevereiro de 2024
TI Yanomami	Homologada desde 1992	31.223	Extração de minério, narcotráfico, exploração sexual	Yanomami, Ye'kwana e isolados	Alto Alegre, Amajari, Barcelos, Caracaraí, Iracema, Mucajaí, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira	Roraima e Amazonas	março de 2025 a dezembro de 2026
TI Kariyuna	Homologada desde 1998	55	Pressão da expansão agropecuária, extração de madeira, UHI	Kariyuna e isolados	Porto Velho, Nova Mamoré	Rondônia	junho e julho de 2024
TI Mundurucu	Homologada desde 2004	9.282	Intensa mineração ilegal e extração ilegal de madeira	Mundurucu, Apiaká e povos isolados do Alto Tapajós	Jacareacanga, Itaituba	Pará	novembro de 2024 a janeiro de 2025
TI Sai-Cinza	Homologada desde 1991	1.662	Intensa mineração ilegal e extração ilegal de madeira	Mundurucu, Apiaká e povos isolados do Alto Tapajós	Jacareacanga	Pará	novembro de 2024 a janeiro de 2025
TI Arariboia	Homologada desde 1990	10.318	Grilagem (arrendamento ilegal), pecuária, extração de madeira, presença de serrarias	Guajajara e povo isolado	Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Santa Luzia, Grajaú	Maranhão	fevereiro a abril de 2024
Kayapó	Homologada desde 1991	6.365	Extração de madeira, extração de minério, pistas de pouso	Mebengökre (Kayapó)	Cumarú do Norte, São Félix do Xingu, Bannach, Ourilândia do Norte, Tucumã	Pará	maio a julho de 2025
Uru-Eu-Wau-Wau	Homologada desde 1991	518	Extração de madeira, grilagem, pecuária, pista de pouso (sem atividades de mineração)	Jupaiú (heteroidentificados como Uru-eu-Wau-Wau), Amondawa, Juma, Oro-Win, Oro-Win e Cabixi e isolados	Alvorada D'Oeste, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Jaru, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Mamoré, São Miguel do Guaporé, Seringueiras	Rondônia	setembro e outubro de 2025
Vale do Javari	Homologada desde 2001	6.317	Narcotráfico, garimpo, caça e pesca ilegais, biopirataria e exploração de madeira	Kanamari, Kulina Pano, Marubo, Matis, Matsés, por dois povos de recente contato, Korubo e Tsohom-dyapa e isolados	Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai, São Paulo de Olivença	Amazonas	setembro de 2024
Sararé	Homologada desde 1985	201	Extração de minério, desmatamento, queimadas,	Nambikwara	Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade	Mato Grosso	agosto a outubro de 2025

Fonte: Ministério dos Povos Indígenas; Instituto Socioambiental; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

→ As 12 TIs apresentam cadeias criminosas complexas que combinam garimpo, grilagem, extração de madeira, queimadas, pecuária ilegal, pesca predatória e biopirataria. Entre as principais atividades mapeadas, constam: Garimpo ilegal (a mais disseminada), com uso de escavadeiras, balsas, dragas e pistas clandestinas; Grilagem estruturada, marcada pela falsificação de CAR e SIGEF e pela criação de loteamentos; Desmatamento e queimadas, usados para abrir áreas e intimidar comunidades; Extração madeireira com apoio de serrarias clandestinas; Pesca predatória e biopirataria, especialmente no Vale do Javari.

→ Esse conjunto de evidências revela que as invasões não são pontuais, mas sim operações econômicas estruturadas, com forte capacidade logística e articulação regional.

A FORÇA NACIONAL COMO PILAR DA PROTEÇÃO TERRITORIAL

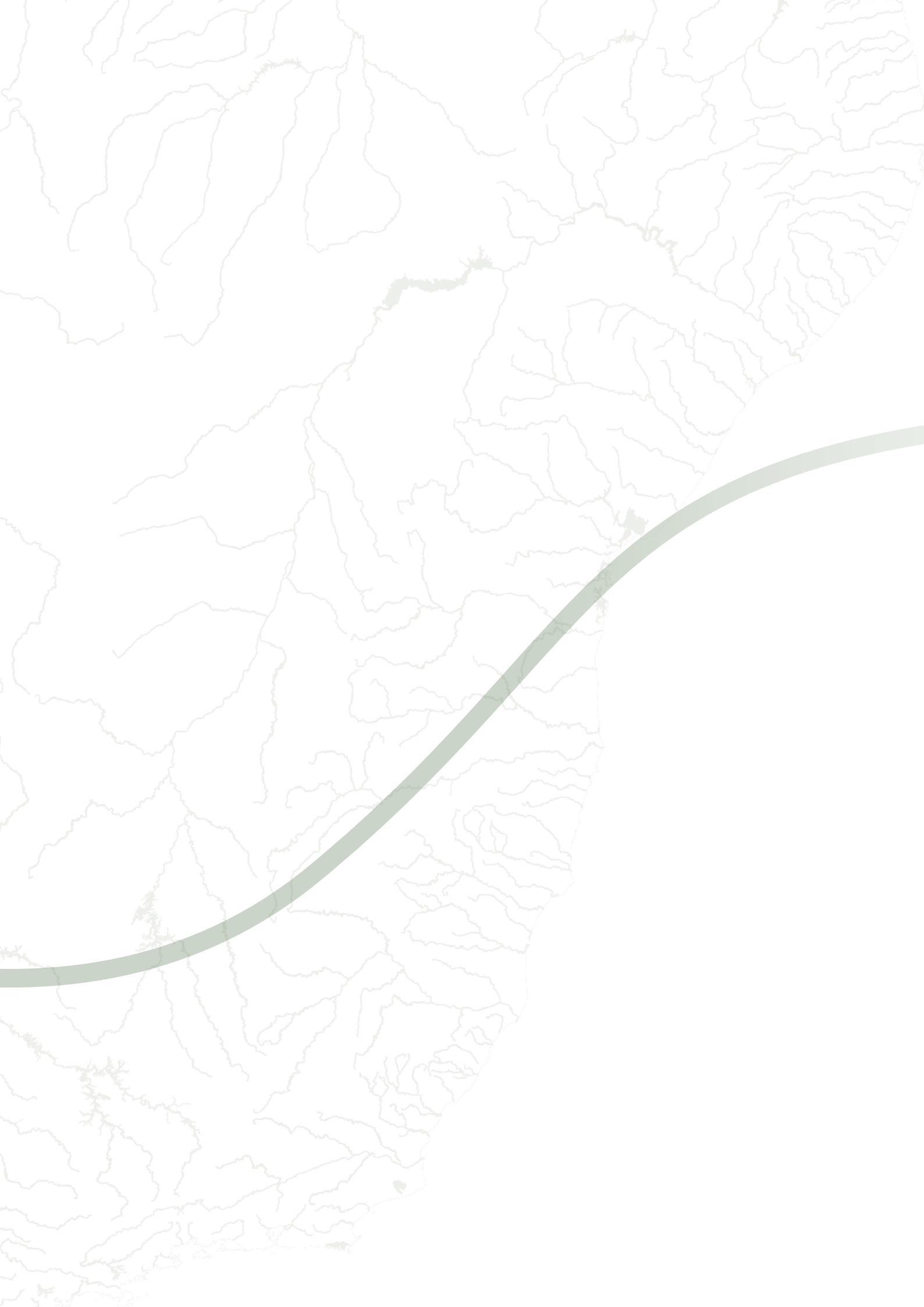
- A Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) tornou-se a principal força de *enforcement* em TIs. Entre 2024 e 2025: 1.099 agentes foram mobilizados, com investimento total de R\$ 64,5 milhões.
- A TI Yanomami demandou o maior esforço: 515 agentes e mais de R\$ 39 milhões.
- A FNSP tem sido crucial na fase pós-desintrusão, oferecendo presença contínua e neutra em territórios onde órgãos locais muitas vezes enfrentam captura política ou ameaças diretas.

7. O caso do Alto Solimões

- O estudo de caso desta edição é um diagnóstico da presença e dos impactos do crime organizado na microrregião do Alto Solimões, território estratégico na tríplice fronteira Brasil–Peru–Colômbia. Com 281 mil habitantes — 54% indígenas — e forte dependência de recursos públicos, a região combina vulnerabilidade socioeconômica, isolamento geográfico e baixa presença estatal, criando condições favoráveis à atuação de facções, especialmente o Comando Vermelho, presente em 6 dos 9 municípios.
- A região é hoje um dos principais corredores do tráfico internacional de cocaína no Brasil, devido à proximidade com áreas produtoras de folha de coca (Rio Javari, Peru; rios Içá e Japurá, Colômbia) e à fronteira extremamente porosa entre Tabatinga e Letícia. A logística fluvial — marcada por rios extensos, igarapés e forte sazonalidade — potencializa a circulação ilícita e dificulta a fiscalização.
- A operação do narcotráfico combina dois ecossistemas interdependentes: o urbano, onde se concentram governança criminal, lavagem de dinheiro, microtráfico e violência cotidiana; o fluvial-florestal, por onde circulam drogas, ouro, madeira e outros ilícitos em alto volume.
- A pesquisa revela que o narcotráfico se articula a um portfólio diversificado de crimes ambientais — garimpo ilegal, pesca predatória e extração de madeira — usados tanto para gerar recursos quanto para lavar dinheiro. O ouro é moeda-chave para financiar a

compra de pasta base no Peru e na Colômbia, e muitas operações de garimpo são hoje controladas ou taxadas por facções.

- A violência letal, embora abaixo da média nacional (18,5 por 100 mil), concentra-se em Tabatinga, onde o crime organizado exerce governança e impõe regras tácitas. Ao mesmo tempo, há crescimento do consumo de “óxi”, do microtráfico e dos furtos associados à dependência química, que fragmentam o tecido social. Moradores relatam o surgimento de “mini-cracolândias” e afirmam que a sensação de insegurança decorre menos de homicídios e mais de delitos de oportunidade e do domínio territorial criminal.
- Para os povos indígenas, os impactos são ainda mais graves. As Terras Indígenas do Alto Solimões — 41 no total — vêm sendo utilizadas como corredores logísticos do macrotráfico, áreas de armazenamento e pontos de circulação de drogas. Nas aldeias, cresce o aliciamento de jovens pelo comércio varejista, impulsionado por endividamento, ausência de oportunidades e erosão dos vínculos comunitários. Relatos de lideranças descrevem ameaças de morte, retaliações e invasões silenciosas, somadas ao uso intensivo de álcool e drogas, que alteram profundamente as dinâmicas comunitárias e agravam a violência intrafamiliar.
- A população indígena demanda segurança diferenciada, com fortalecimento de guardas indígenas, apoio da Funai e presença qualificada das forças de segurança. Ao mesmo tempo, há forte desconfiança no Estado, associada a experiências de omissão, corrupção e incapacidade de resposta.





The background of the cover is a light gray map of South America, with a network of thin gray lines representing rivers. A dark green silhouette of Brazil is centered on the continent. Overlaid on the northern part of Brazil is a circular inset. Inside this circle is a detailed map of the Amazon region, showing a complex network of rivers and a grid of administrative boundaries. The text is positioned in the lower half of the cover.

Cartografias da **Violência na Amazônia**

4ª edição



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA



INSTITUTO
ITAÚSA

laboratório
interpretativo
laiv



Instituto
**Mãe
Crioula**

SUMÁRIO EXECUTIVO PRINCIPAIS DESTAQUES



Cartografias da Violência na Amazônia

4ª edição